

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das Notas Explicativas.

Congonhas, 10 de abril de 2014. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	433.168	431.574	4.081.425	3.059.805	Empréstimos e financiamentos	13	1.588	146.113	1.588	4.598
Contas a receber de clientes	5	318.247	55.560	498.578	266.838	Fornecedores terceiros		67.613	75.560	76.806	75.560
Estoques	6	199.886	254.794	199.886	254.794	Fornecedores com partes relacionadas	8	131.852	76.871	131.852	76.871
Adiantamentos a fornecedores		694.029	449.702	694.029	449.702	Salários, provisões e contribuições sociais		18.402	7.545	18.456	7.814
Impostos a recuperar	7	150.584	101.479	150.891	101.479	Tributos a recolher		6.765	6.416	19.494	6.494
Empréstimos e recebíveis		24.308	18.433	26.375	18.645	Dividendos propostos	16	736.673	1.036.673	736.673	1.036.673
Outros ativos		3.394	4.051	3.235	4.279	Outras contas a pagar		68.855	16.887	96.318	40.896
Total do ativo circulante		1.823.616	1.315.593	5.654.419	4.155.542	Total do passivo circulante		1.031.748	1.366.065	1.081.187	1.248.906
Não Circulante						Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores	8	7.757.475	7.736.132	7.757.475	7.736.132	Empréstimos e financiamentos	13	335.806	298.274	335.806	298.274
Empréstimos e recebíveis	8	-	-	69.479	63.777	Provisão para riscos	14	5.008	11.163	5.008	11.163
Impostos diferidos	9	325.706	611.159	325.706	611.159	Outras contas a pagar		14.587	9.060	14.587	9.078
Impostos a recuperar	7	140.309	8.513	140.309	8.513	Total do passivo não circulante		355.401	318.497	355.401	318.515
Outros ativos		3.619	2.795	3.704	2.853	Patrimônio líquido					
Investimentos	10	4.023.018	3.193.233	171.760	171.760	Capital social	16	2.800.000	1.173.954	2.800.000	1.173.954
Imobilizado	11	466.129	353.520	466.459	354.068	Reservas de capital		6.473.699	8.099.745	6.473.699	8.099.745
Intangível	12	578.688	578.542	578.688	578.542	Ajustes de avaliação patrimonial		161.637	161.637	161.637	161.637
Total do ativo não circulante		13.294.944	12.483.894	9.513.580	9.526.804	Reserva para contingências		1.496.075	-	1.496.075	-
Total do Ativo		15.118.560	13.799.487	15.167.999	13.682.346	Reservas de lucros		2.800.000	2.679.589	2.800.000	2.679.589
						Total do patrimônio líquido		13.731.411	12.114.925	13.731.411	12.114.925
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.118.560	13.799.487	15.167.999	13.682.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	18	2.996.592	2.487.125	3.836.415	3.766.712
Custo dos produtos vendidos	19	(2.198.342)	(1.643.324)	(2.203.494)	(1.646.011)
Lucro bruto		798.250	843.801	1.632.921	2.120.701
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	19	(527.939)	(523.419)	(828.646)	(616.045)
Gerais e administrativas	19	(53.093)	(41.435)	(57.985)	(46.343)
Outras (despesas) receitas, líquidas	19	(51.090)	4.667	(52.043)	3.963
Resultado de equivalência patrimonial	10	829.785	1.213.976	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		995.913	1.497.590	694.247	1.462.276
Resultado financeiro					
Receitas financeiras, líquidas	20	1.002.101	1.044.861	1.034.301	1.080.184
Variação cambial, líquida	20	13.484	(39.482)	295.407	(39.491)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.011.498	2.502.969	2.023.955	2.502.969
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	9	(109.559)	(102.796)	(122.016)	(102.796)
Diferidos	9	(285.453)	(326.828)	(285.453)	(326.828)
Lucro líquido do exercício		1.616.486	2.073.345	1.616.486	2.073.345
Lucro líquido básico e diluído do exercício por lote de mil ações - R\$		3,4026	4,3643		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício		1.616.486	2.073.345	1.616.486	2.073.345
Outros resultados abrangentes:					
Diferenças cambiais de conversão de operação no exterior		-	350.136	-	350.136
Total do resultado abrangente de exercício		1.616.486	2.423.481	1.616.486	2.423.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	1.616.486	2.073.345	1.616.486	2.073.345
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Variações monetárias e cambiais líquidas	29.794	46.635	(31.085)	81.377
Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos	27.584	67.345	24.977	60.063
Depreciação/exaustão/amortização	16.152	10.156	16.423	10.295
Resultado de equivalência patrimonial	(829.785)	(1.213.976)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	395.012	326.828	407.469	326.828
Provisão de vendas a termo	-	-	(42.175)	59.361
Provisão para juros ativos	(656.686)	(964.056)	(656.686)	(967.155)
Dividendos a receber - MRS Logística	(24.239)	(23.950)	(24.239)	(23.950)
Outras provisões	54.136	150.462	88.522	250.404
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	628.454	472.789	1.399.692	1.870.568
Contas a receber clientes	(260.888)	43.583	(203.312)	130.470
Estoques	50.735	(38.367)	50.735	(37.689)
Adiantamentos a fornecedores	(16.635)	(6.948)	(16.635)	(6.948)
Impostos a recuperar	(167.075)	(7.415)	(179.839)	(7.415)
Empréstimos e recebíveis	4.751	293	5.200	58
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	(10.906)	34.138	(1.715)	(37.054)
Fornecedores terceiros	(10.906)	34.138	(1.715)	(37.054)
Fornecedores com partes relacionadas	463.279	242.551	463.279	258.331
Salários, provisões e contribuições sociais	3.031	3.317	2.815	3.571
Tributos a recolher	(1.939)	(29.597)	(1.733)	(29.571)
Outras contas a pagar	(5.955)	(12.376)	(13.043)	(27.710)
Pagamento de riscos ambientais	-	(5.192)	-	(5.192)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	686.852	696.776	1.505.444	2.111.419
Juros recebidos	-	326.968	-	326.968
Dividendos recebidos	26.057	21.950	26.057	21.950
Imposto de renda e contribuição social pagos	(119.268)	-	(119.268)	-
Juros pagos	(31.292)	(105.381)	(27.855)	(97.346)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	562.349	940.313	1.384.378	2.362.991
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(127.728)	(159.189)	(127.871)	(159.336)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(127.728)	(159.189)	(127.871)	(159.336)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de novos empréstimos e financiamentos	12.989	10.360	12.989	10.360
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(146.016)	(1.298.764)	(1.414)	(1.198.501)
Dividendos pagos	(300.000)	(977.635)	(300.000)	(977.635)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(433.027)	(2.266.039)	(288.425)	(2.165.776)
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	53.538	294.022
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.594	(1.484.915)	1.021.620	331.901
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	431.574	1.916.489	3.059.805	2.727.904
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	433.168	431.574	4.081.425	3.059.805
Total	1.594	(1.484.915)	1.021.620	331.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	
			Agio na emissão de ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Reserva legal	Investimentos				Lucros a realizar
Saldos em 31 de dezembro de 2010		1.173.954	6.707.886	1.391.859	155.583	530.758	956.577	-	(188.499)	10.728.118
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	2.073.345
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	350.136
Destinações:										
Reserva legal	16.b	-	-	-	103.666	-	-	-	-	(103.666)
Reserva de investimento	16.c	-	-	-	-	933.005	-	-	-	(933.005)
Dividendos propostos (R\$ 2,1821 por ação)	16.c	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.036.674)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.173.954	6.707.886	1.391.859	259.249	1.463.763	956.577	-	161.637	12.114.925
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.616.486
Aumento de capital	16.a	1.626.046	(1.626.046)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:										
Reserva de investimento		-	-	-	-	120.411	-	-	-	(120.411)
Reserva para contingências	16.c	-	-	-	-	-	1.496.075	-	-	(1.496.075)
Reserva de lucros a realizar	16.a	-	-	-	-	956.577	(956.577)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		2.800.000	5.081.840	1.391.859	259.249	2.540.751	-	1.496.075	161.637	13.731.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Nacional Minérios S.A. (“Companhia” ou “Namisa”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2006 e domiciliada no Brasil, e sua sede está localizada na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais. A Companhia é controlada através de Acordo de Acionistas celebrado entre a Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”), que detém 60% das ações de emissão da Namisa, e um Consórcio Asiático formado pelas empresas Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel Ltd., Nisshin Steel Co. Ltd. e China Steel Corp., as quais detém, em conjunto, 40% das ações de emissão da Companhia. A Companhia e suas subsidiárias integrantes das demonstrações financeiras consolidadas operam sob controle comum e desenvolvem suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possuem direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. A Companhia também conta com uma rede de logística integrada, por meio de contratos de longo prazo com a CSN, composta de ferrovia e instalações portuárias para o escoamento de sua produção. Essa rede de logística integrada permite a locomoção do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito, Rio Acima e Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, até Itaguai, no Estado do Rio de Janeiro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes Europeu e Asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.162/09, a Companhia decidiu por não apresentar a demonstração do valor adicionado. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas e são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e também de suas controladas.

Em 2012, a Companhia implementou alterações na gestão de sua subsidiária integral Namisa Internacional Minérios, S.L.U. (“Namisa Internacional”) e, como resultado, passou a centralizar corporativamente sua estratégia de atuação, que passou a operar como uma extensão dos negócios da controladora. Dessa forma, foi necessário considerar os requisitos do pronunciamento técnico CPC 02/IAS 21 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio, para avaliar a moeda funcional dessa subsidiária, que, até 31 de dezembro de 2011, era o dólar norte-americano. Com base nos quesitos normativos, a Companhia alterou a moeda funcional dessa subsidiária para o real, reconhecendo, prospectivamente, a partir de 2012, os efeitos da conversão cambial diretamente no resultado do exercício.

(ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes aos ativos e passivos em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica “Variações cambiais, líquidas”.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e premissas contábeis críticas são aquelas que são importantes para descrever e registrar a situação financeira da Companhia e exigem poder de análise e decisão e estimativas e premissas mais complexas e subjetivas por parte da Administração. A aplicação dessas práticas contábeis críticas exige, com frequência, análise e decisão pela Administração a respeito dos efeitos de assuntos que são inerentemente incertos com relação aos resultados operacionais e ao valor contábil dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia poderão ser diferentes daqueles previstos.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas e estão relacionadas aos tributos sobre o lucro, à avaliação de perda estimada (“*impairment*”) do ágio, ao reconhecimento de receitas, à revisão da vida útil e recuperação de propriedades, plantas e equipamentos, aos ativos e passivos contingentes e obrigações legais e às obrigações relacionadas à desativação e restauração de ativos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, os fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e as aplicações financeiras, que são representadas por investimentos temporários de liquidez imediata, registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com riscos insignificantes de mudança em seu valor de mercado ou de realização.

(d) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de minério de ferro no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método dos juros efetivos menos a provisão para perda (“*impairment*”), se necessário. As contas a receber no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço.

(e) Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O minério de ferro é reconhecido a partir do momento em que há extração física na mina. É utilizado o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

(f) Adiantamentos a fornecedores

Estão representados pelos adiantamentos de longo prazo à CSN com a finalidade de comprar matéria-prima e contratar a prestação de serviços portuários. Os adiantamentos foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são avaliados ao custo amortizado, acrescidos dos juros remuneratórios estabelecidos contratualmente (vide nota explicativa nº 8). A realização dos adiantamentos ocorre mediante: (i) entrega de matérias-primas contratadas e de prestação dos serviços portuários; e (ii) pagamento em dinheiro de 34% do juros mensalmente calculado. A parcela para a qual se espera a realização em um período superior a 12 meses é classificada no ativo não circulante.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo histórico, representado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Os elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado são: (i) preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para que este seja capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração; e (iii) estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, e a exaustão das jazidas é calculada em virtude do volume de minério extraído em relação à reserva lavrável, já que esse método é o que reflete melhor o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(h) Ativos intangíveis

Estão representados substancialmente pelo ágio na aquisição de controlada já incorporada, conforme detalhado na nota explicativa nº 12, reconhecido pela diferença positiva entre o valor pago e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio possui vida útil indefinida, não está sujeito à amortização e é testado, no mínimo, anualmente para verificar prováveis perdas no seu valor recuperável (“*impairment*”). Eventuais perdas no valor recuperável não são revertidas em períodos subsequentes.

A Companhia possui uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dedicada integralmente à atividade de beneficiamento de minério de ferro, à qual o ágio foi alocado para fins de teste de “*impairment*”.

(i) “*Impairment*” de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente, ou em período menor quando existir evidência de deterioração, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros sujeitos à amortização com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda.

(j) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para sua liquidação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(k) Empréstimos e financiamentos

Atualizados monetariamente até as datas dos balanços pelas variações cambiais e monetárias e pelos encargos financeiros incorridos, conforme previsto contratualmente.

(l) Benefícios a empregados - previdência privada e programa de remuneração variável

A Companhia é patrocinadora de plano de pensão, instituído em 2012, administrado por entidade fechada de previdência privada (CBSPREV Namisa), que provê aos empregados benefício de aposentadoria na modalidade de contribuição definida e benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte) na modalidade de benefício definido, com custeio integral por parte dos empregados.

Em relação ao benefício de aposentadoria, as contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registradas no resultado do período em que são devidas. A obrigação da Companhia limita-se à contribuição mensal até o período em que o empregado esteja ativo. Em virtude de os benefícios de risco serem integralmente custeados pelos empregados, a Companhia somente reconhece um passivo na medida em que o fundo acumulado para esse fim não seja suficiente para cobrir eventual concessão do benefício nos casos previstos.

Em relação ao programa de remuneração variável dos empregados, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados e pagamento de bônus, calculados com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizados em contas de benefícios a empregados no resultado do exercício.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, as perdas sejam avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nesses processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados, e as obrigações legais são registradas como exigíveis.

(n) Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre o lucro compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, também são reconhecidos no patrimônio em outros resultados abrangentes, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

O tributo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas subsidiárias atuam e geram lucro tributável. No Brasil, a alíquota nominal dos tributos sobre o lucro é de 34%.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, exceto: (i) no reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; e (ii) diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, uma vez que há o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

(o) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

(p) Informações por segmento

As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento, tendo em vista que a Companhia opera apenas um segmento operacional relativo ao beneficiamento e à venda de minério de ferro, o qual é consistente com os relatórios internos que servem de base para as avaliações e decisões estratégicas da Diretoria Executiva.

(q) Receita operacional líquida

A receita operacional da venda de minério de ferro no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, por provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, os custos associados e a possível devolução de produtos possam ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Em virtude das condições individuais do contrato de venda e frete, a transferência dos riscos e benefícios normalmente ocorre na transposição das mercadorias da amurada do navio, no porto de origem.

(r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, pré-pagamentos a partes relacionadas, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito de a Companhia receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(s) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

• Ativos financeiros

São classificados nas seguintes categorias: pelo valor justo por meio do resultado; mantidos até o vencimento; empréstimos e recebíveis; e disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para a venda.

(i) Pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando é adquirido principalmente para o propósito de realização em curto prazo. Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou reconhecimento.

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável. A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método dos juros efetivos.

Método dos juros efetivos

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos), por meio da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

• Passivos financeiros

São classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o exercício.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

(t) Normas novas e alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

O CPC e o CFC têm o compromisso de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Tais alterações têm aplicação obrigatória pelas empresas, assim que forem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

As normas novas e as alterações e interpretações de normas, a seguir relacionadas, foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a essas IFRSs novas e revisadas, a seguir mencionadas.

As normas que a Companhia entende que serão aplicáveis:

Norma	Descrição	Vigência
Emenda à IAS 19	Benefícios a Empregados (“ <i>Employee Benefits</i> ”). Elimina o método do corredor (aplicado nos anos anteriores pela Companhia) para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais e requer que sejam calculados os custos financeiros com base na captação líquida. Simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações sobre Participações em Outras Entidades (“ <i>Disclosure of Interests in Other Entities</i> ”). Consolida todos os requerimentos de divulgação que uma entidade deve atender quando participa em uma ou mais entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo (“ <i>Fair Value Measurement</i> ”). Define valor justo de forma mais precisa, explica como mensurá-lo (fornecendo uma única fonte) e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.	1º de janeiro de 2013
Emenda à IFRS 7	Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros (“ <i>Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i> ”). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
IAS 32	Instrumentos Financeiros: Apresentação (“ <i>Financial Instruments</i> ”), sobre compensação de ativos e passivos. Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida na IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.	1º de janeiro de 2014

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (“Financial Instruments”). Mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação da IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de “hedge” continua aplicável. A emenda à IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou, também, a obrigatoriedade de representação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para a IFRS 9.	1º de janeiro de 2015
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas (“Consolidated Financial Statements”). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. Estabelece conceito de controle como base da consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordos Conjuntos (“Joint Arrangements”). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações financeiras de entidades que sejam parte de acordos conjuntos. Os acordos conjuntos são classificados pela IFRS 11 em dois tipos: operações conjuntas e “joint ventures”. Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela de ativos, passivos, receitas e despesas. “Joint ventures” existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação conforme o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de “joint ventures” não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas (“Separate Financial Statements”). Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle da IAS 27 incluídas na nova IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisada em 2011)	Coligadas e Controladas em Conjunto (“Joint Ventures”). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão da IFRS 11.	1º de janeiro de 2013
IFRIC 20	Custos de Remoção de Estéril de Mina de Superfície na Fase de Produção (“Stripping”). Traz esclarecimentos sobre a contabilização dos custos de remoção de estéril na fase de produção de uma mina de superfície. Segundo a IFRIC 20, as entidades mineradoras que apresentem demonstrações financeiras em IFRSs devem baixar ativos de remoção existentes para lucros acumulados se os ativos não puderem ser atribuídos a um componente identificável de uma jazida mineral.	1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas normas, interpretações e alterações tenham efeitos relevantes sobre suas demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das subsidiárias estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das subsidiárias são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras utilizadas no processo de consolidação são elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias mencionadas a seguir, tendo sido preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas.

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	2012	2011	
Participação direta:			
Consolidação integral:			
Namisa Internacional Minérios, S.L.U.	100	100	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Participação indireta:			
Consolidação integral:			
Namisa Europe Unipessoal LDA.	100	100	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
Namisa Handel GmbH (anteriormente denominada Aloadus Handel GmbH)	100	100	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	47	644	2.675	1.311
Aplicações:				
No Brasil (a)	433.121	430.930	433.121	430.930
No exterior (b)	-	-	3.645.629	2.627.564
Total	433.121	430.930	4.078.750	3.058.494

(a) Renda fixa - são aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações são remuneradas em aproximadamente 100% da variação do CDI e podem ser resgatados imediatamente pela Companhia, sem riscos de mudanças significativas no seu valor contábil.

(b) “Time deposits” - depósitos temporários em bancos de primeira linha com liquidez diária e remunerados às taxas prefixadas de aproximadamente 0,8% ao ano.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante:				
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	317.392	55.560	293.998	82.817
Clientes nacionais	855	-	855	-
Clientes no exterior	-	-	203.725	184.021
Total	318.247	55.560	498.578	266.838

Em 31 de dezembro de 2012, não havia contas a receber vencidas e o prazo médio de recebimento das vendas foi de 40 dias. Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada, porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

6 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	157.383	233.560	157.383	233.560
Matérias-primas	6.391	5.027	6.391	5.027
Almoxarifado	33.154	16.207	33.154	16.207
Estoque em trânsito	2.958	-	2.958	-
Total	199.886	254.794	199.886	254.794

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de registro de provisão para perda para os estoques e, em 31 de dezembro de 2012, não houve a necessidade de constituir provisão para perda.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Pagamento a maior de IRPJ e CSLL	93.840	1.316	93.933	1.316
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	144.776	70.595	144.990	70.595
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	43.099	25.673	43.099	25.673
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.064	9.372	5.064	9.372
Outros	4.114	3.036	4.114	3.036
Total	290.893	109.992	291.200	109.992
Ativo circulante	150.584	101.479	150.891	101.479
Ativo não circulante	140.309	8.513	140.309	8.513
Total	290.893	109.992	291.992	109.992

A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de registro de provisão, objetivando o seu aproveitamento.

A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de ICMS cuja expectativa de realização é de longo prazo.

8 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia opera de forma integrada com a CSN, destacando-se as transações de prestação de serviços, fornecimento de minério de ferro, em Casa Pedra, embarque portuário no Terminal de Carvão - TECAR, em Itaguaí - RJ, e a utilização de transporte ferroviário com a MRS Logística S.A. (“MRS Logística”).

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos patrimoniais e o valor das operações estão representados como segue:

(a) Contas patrimoniais

	Controladora				2012				2011				
	MRS Logística		Consórcio Asiático		MRS Logística		Consórcio Asiático		MRS Logística		Consórcio Asiático		
	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	
Ativo													
Circulante:													
Contas a receber de clientes	294.006	-	-	23.386	317.392	55.560	-	-	-	-	-	-	55.560
Outros valores a receber (1)	13.702	-	-	-	13.702	6.011	-	-	-	-	-	-	6.011
Dividendos (1)	-	10.606	-	-	10.606	-	12.422	-	-	-	-	-	12.422
Pré-pagamento (2)	668.200	-	-	-	668.200	440.526	-	-	-	-	-	-	440.526
Total	975.908	10.606	-	23.386	1.009.900	502.097	12.422	-	-	-	-	-	514.519
Não circulante:													
Pré-pagamento (2)	7.757.475	-	-	-	7.757.475	7.736.132	-	-	-	-	-	-	7.736.132
Total	7.757.475	-	-	-	7.757.475	7.736.132	-	-	-	-	-	-	7.736.132
Passivo													
Circulante:													
Fornecedores	121.273	10.579	-	-	131.852	74.492	2.379	-	-	-	-	-	76.871
Empréstimos e financiamentos	145	-	-	-	145	3.843	-	-	-	-	-	-	145.358
Obrigações contratuais	-	8.554	-	-	8.554	1.939	4.168	-	-	-	-	-	6.107
Dividendos	442.004	-	294.669	-	736.673	622.004	-	414.669	-	-	-	-	1.036.673
Outras contas a pagar	56.265	2.024	-	-	58.289	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	619.687	21.157	294.669	-	935.513	702.278	6.547	414.669	141.515	1.265.009	-	-	1.265.009
Não circulante:													
Empréstimos e financiamentos	314.699	-	-	-	314.699	288.873	-	-	-	-	-	-	288.873
Total	314.699	-	-	-	314.699	288.873	-	-	-	-	-	-	288.873

(1) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica “Empréstimos e recebíveis”.

(2) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica “Adiantamentos a fornecedores”.

	Controladora				2012				2011				
	MRS Logística		Consórcio Asiático		MRS Logística		Consórcio Asiático		MRS Logística		Consórcio Asiático		
	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	
Ativo													
Circulante:													
Contas a receber	293.998	-	-	-	293.998	55.560	-	27.257	-	-	-	-	82.817
Outros valores a receber (1)	13.702	-	-	-	13.702	6.080	-	-	-	-	-	-	6.080
Dividendos (1)	-	10.606	-	-	10.606	-	12.422	-	-	-	-	-	12.422
Pré-pagamento (2)	668.200	-	-	-	668.200	440.669	-	-	-	-	-	-	440.669
Total	975.900	10.606	-	-	986.506	502.309	12.422	27.257	-	-	-	-	541.988
Não circulante:													
Pré-pagamento (2)	7.757.475	-	-	-	7.757.475	7.736.132	-	-	-	-	-	-	7.736.132
Empréstimos e recebíveis	69.479	-	-	-	69.479	63.777	-	-	-	-	-	-	63.777
Total	7.826.954	-	-	-	7.826.954	7.799.909	-	-	-	-	-	-	7.799.909
Passivo													
Circulante:													
Fornecedores	121.273	10.579	-	-	131.852	74.492	2.379	-	-	-	-	-	76.871
Empréstimos e financiamentos	145	-	-	-	145	3.843	-	-	-	-	-	-	3.843
Obrigações contratuais	-	8.554	-	-	8.554	1.939	4.168	-	-	-	-	-	6.107
Dividendos	442.004	-	294.669	-	736.673	622.004	-	414.669	-	-	-	-	1.036.673
Outras contas a pagar	56.265	2.024	-	-	58.289	-	-	-	-	-	-	-	390
Total	619.687	21.157	294.669	-	935.513	702.278	6.547	415.059	1.123.884	-	-	-	1.123.884
Não circulante:													
Empréstimos e financiamentos	314.699	-	-	-	314.699	288.873	-	-	-	-	-	-	288.873
Total	314.699	-	-	-	314.699	288.873	-	-	-	-	-	-	288.873

(1) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica “Empréstimos e recebíveis”.

(2) Referem-se a valores registrados no balanço, na rubrica “Adiantamentos a fornecedores”.

(b) Transações com partes relacionadas

	Controladora				2012				2011				
	MRS Logística		Namisa Handel		MRS Logística		Namisa Handel		MRS Logística		Namisa Handel		
	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	CSN	Handel	
Resultado													
Receitas	1.046.225	-	1.896.392	2.942.617	746.125	-	1.736.144	2.482.269					
Custos	(1.291.860)	(456.290)	-	(1.748.150)	(920.074)	(373.497)	-	(1.293.571)					
Resultado financeiro líquido	926.208	24.239	(2.540)	947.907	904.473	23.950	(7.282)	921.141					
Variação cambial, líquida	(11.275)	-	25.535	14.260	(25.912)	-	(12.606)	(38.518)					
Total	669.298	(432.051)	1.919.387										

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Correntes	(109.559)	(102.796)	(122.016)	(102.796)
Diferidos	(285.453)	(326.828)	(285.453)	(326.828)
Total	(395.012)	(429.624)	(407.469)	(429.624)

(b) A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social da controladora e do consolidado e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	2.011.498	2.502.969	2.023.955	2.502.969
Expectativa de despesa com imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente combinada	34% (683.909)	34% (851.009)	34% (688.145)	34% (851.009)

Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes:

	2012	2011	2012	2011
Equivalência patrimonial	282.127	412.751	-	-
Lucro no exterior isento de tributação (*)	-	-	273.906	412.751
Incentivo Finor	-	2.436	-	2.436
Incentivo - Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	3.129	-	3.129	-
Outras diferenças permanentes	3.641	6.198	3.641	6.198
Despesa de imposto de renda e contribuição social apurados	(395.012)	(429.624)	(407.469)	(429.624)

(*) Em 31 de dezembro de 2012, os lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia foram reinvestidos em suas operações, sem presunção de que estes serão transferidos para a controladora no futuro previsível; portanto, não foram reconhecidos os impostos diferidos passivos sobre a eventual repatriação desses lucros.

(c) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil e estão demonstrados a seguir. Os montantes da controladora e do consolidado são idênticos; portanto, os valores são apresentados em um único quadro:

	IRPJ/CSLL	
	2012	2011
Ativos:		
Provisão para perda - adiantamentos a fornecedores	3.297	3.297
Ágio CFM/Cayman anterior à incorporação, adicionado em 2008	484	2.077
Provisões operacionais	24.615	7.385
Provisão para perda em inventários	29.970	204
Ativo fiscal - CVM nº 349/01 - incorporação da Big Jump	440.756	719.127
IRPJ/CSLL passivos - ágio Cayman e CFM deduzido via Regime Tributário de Transição - RTT	(188.028)	(141.625)
Varição cambial	14.612	-
Prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	-	20.694
Total	325.706	611.159

A movimentação do saldo dos impostos diferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é apresentada a seguir:

	IRPJ/CSLL	
	2012	2011
Saldo no início do exercício	611.159	939.487
Amortização fiscal de ágios	(326.367)	(328.365)
Constituição (reversão) de provisões operacionais	17.230	(20.861)
Ajustes de inventários indedutíveis temporariamente	29.766	204
Varição cambial	14.612	-
Utilização de prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	(20.694)	20.694
Saldo no fim do exercício	325.706	611.159

A Administração realizou um estudo e espera que a realização do crédito fiscal diferido ocorra durante os exercícios de 2013 e 2014, nos montantes de R\$ 163.323 e R\$ 162.383, respectivamente.

10 INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Investimento em títulos patrimoniais:				
MRS Logística S.A.	171.760	171.760	171.760	171.760
Empresa controlada:				
Namisa Internacional Minérios, S.L.U.	3.851.258	3.021.473	-	-
Total	4.023.018	3.193.233	171.760	171.760

A movimentação do investimento na empresa controlada é demonstrada conforme segue:

	2012	2011
Saldo do investimento no início do exercício	3.021.473	1.457.361
Equivalência patrimonial	829.785	1.213.976
Ajuste de conversão registrado em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido	-	350.136
Saldo do investimento no fim do exercício	3.851.258	3.021.473

A seguir, uma breve descrição dos investimentos:

• Namisa Internacional

Situada em Madri, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como "holding", tendo participação de 100% do capital das controladas Namisa Europe e Namisa Handel, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras.

No quadro a seguir consta um resumo das informações financeiras da controlada Namisa Internacional para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Ativo:		
Circulante (*)	3.854.195	2.981.464
Não circulante	69.894	64.383
Total	3.924.089	3.045.847
Passivo:		
Circulante	72.831	24.357
Exigível a longo prazo	-	17
Patrimônio líquido	3.851.258	3.021.473
Total	3.924.089	3.045.847

(*) Refere-se principalmente à caixa e equivalentes de caixa.

	2012	2011
Receita líquida	2.736.215	3.015.731
(-) Custo dos produtos vendidos	(1.901.544)	(1.738.831)
Lucro bruto	834.671	1.276.900
Despesas operacionais	(305.878)	(98.238)
Resultado financeiro líquido	31.527	35.314
Varição cambial	281.922	-
Lucro antes dos impostos	842.242	1.213.976
Impostos sobre o lucro	(12.457)	-
Lucro líquido do exercício	829.785	1.213.976

• MRS Logística

Em novembro de 2008, a CSN capitalizou na Namisa 10% de ações preferenciais classe "A", sem direito a votos, não conversíveis, da MRS Logística, pelo montante de R\$ 172 milhões, conforme boletim de subscrição e laudo de avaliação das ações de emissão da MRS Logística.

A MRS Logística é uma sociedade por ações que tem por objeto a exploração e o desenvolvimento de serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Sudeste - localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

O investimento na MRS é avaliado ao método de custo histórico de aquisição.

11 IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

	Controladora				Consolidado			
	2012				2012			
	Taxa deprec. (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos	-	4.443	-	4.443	4.443	-	4.443	
Edificações	2,46	110.371	(4.651)	105.720	110.371	(4.651)	105.720	
Móveis e utensílios	8,81	4.562	(1.083)	3.479	5.042	(1.233)	3.809	
Veículos	14,82	873	(181)	692	873	(181)	692	
Máquinas, equipamentos e instalações	7,44	192.681	(50.825)	141.856	192.681	(50.825)	141.856	
Equipamentos de computação	20,65	3.249	(1.723)	1.526	3.249	(1.723)	1.526	
Minas e jazidas	(*)	13.232	(1.016)	12.216	13.232	(1.016)	12.216	
Benfeitorias em bens de terceiros	18,60	1.842	(1.597)	245	1.842	(1.597)	245	
Imobilizado de terceiro em nosso poder	6,67	530	(32)	498	530	(32)	498	
Outros bens	-	5.082	-	5.082	-	-	5.082	
Obras em andamento	-	190.372	-	190.372	-	-	190.372	
Total		527.237	(61.108)	466.129	527.717	(61.258)	466.459	

	Controladora			Consolidado			
	2011			2011			
	Taxa deprec. (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	4.443	-	4.443	4.443	-	4.443
Edificações	2,21	16.546	(2.754)	13.792	16.546	(2.754)	13.792
Móveis e utensílios	10,7	2.679	(736)	1.943	3.105	(824)	2.281
Veículos	11,66	24.594	(2.730)	21.864	24.594	(2.730)	21.864
Máquinas, equipamentos e instalações	6,93	111.462	(35.206)	76.256	111.528	(35.235)	76.293
Equipamentos de computação	20,17	2.188	(1.326)	862	2.362	(1.381)	981
Minas e jazidas	(*)	13.177	(880)	12.297	13.177	(880)	12.297
Benfeitorias em bens de terceiros	18,61	1.842	(1.477)	365	1.929	(1.511)	418
Outros bens	-	7.825	-	7.825	7.825	-	7.825
Obras em andamento	-	213.874	-	213.874	213.874	-	213.874
Total		398.630	(45.110)	353.520	399.383	(45.315)	354.068

(*) A exaustão das jazidas é calculada em virtude do volume de minério extraído em relação à reserva lavrável, visto que a estimativa da Companhia é que as reservas sejam esgotadas em um período máximo de 30 anos.

(b) Obras em andamento

Os gastos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços e compra de partes e peças, a serem aplicados como investimentos para aumento de desempenho, melhoria tecnológica, ampliação e aquisição de ativos, que serão transferidos para suas respectivas contas e depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso. O saldo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é composto pelos seguintes projetos:

	2012	2011
Principais projetos		
Ampliação da estrutura administrativa	6.387	-
Estrada Engenho - Pires	-	85.469
Expansão da capacidade produtiva - Pires	100.177	42.761
Planta de pelotização	70.614	62.637
Expansão da capacidade produtiva - Fernandinho	13.194	11.420
Outros	-	9.290
Total	190.372	213.874

Movimentação do imobilizado

	Controladora					
	2011					
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Depreciação	Outras movimentações	Saldo final
Edificações	13.792	-	-	(1.897)	93.825	105.720
Máquinas e equipamentos	76.256	33.716	(11)	(11.807)	43.703	141.856
Móveis e utensílios	1.943	1.785	-	(362)	113	3.479
Veículos	21.864	-	-	(1.301)	(19.870)	693
Equipamentos de computação	862	695	(6)	(400)	375	1.526
Terrenos	4.443	-	-	-	-	4.443
Minas e jazidas	12.298	96	-	(233)	55	12.216
Benfeitorias em bens de terceiros	365	-	-	(120)	-	245
Imobilizado de terceiro em nosso poder	-	530	-	(32)	-	498
Outros bens	7.825	877	-	-	(3.620)	5.083
Obras em andamento	213.874	89.872	-	-	(113.374)	190.374
Total	353.520	127.571	(17)	(16.152)	1.207	466.129

	Consolidado					
	2011					
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Depreciação	Outras movimentações	Saldo final
Edificações	13.792	-	-	(1.897)	93.825	105.720
Máquinas e equipamentos	76.278	33.716	(33)	(11.808)	43.703	141.856
Móveis e utensílios	2.321	1.870	-	(458)	76	3.809
Veículos	21.849	42	-	(1.329)	(19.870)	692
Equipamentos de computação	914	711	(6)	(455)	361	1.525
Terrenos	4.443	-	-	-	-	4.443
Minas e jazidas	12.388	96	-	(324)	55	12.215
Benfeitorias em bens de terceiros	384	-	(19)	(120)	-	245
Imobilizado de terceiro em nosso poder	-	530	-	(32)	-	498
Outros bens	7.825	877	-	-	3.618	5.083
Obras em andamento	213.874	89.872	-	-	(113.374)	190.373
Total	354.068	127.714	(58)	(16.423)	1.158	466.459

12 INTANGÍVEL

Os saldos contábeis dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são assim apresentados:

	2012						
	Controladora			Consolidado			
	Taxa de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - CFM	-	578.531	-	578.531	578.531	-	578.531
Software	21,05	176	(19)	157	176	(19)	157
Total		578.707	(19)	578.688	578.707	(19)	578.688

	2011						
	Controladora			Consolidado			
	Taxa de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - CFM	-	578.531	-	578.531	578.531	-	578.531
Software	21,05	19	(8)	11	19	(8)	11
Total		578.550	(8)	578.542	578.550	(8)	578.542

Origem do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Em julho de 2007, a Namisa adquiriu a Companhia de Fomento Mineral e Participações - CFM ("CFM"), sediada em Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, e sua subsidiária integral Cayman Mineração do Brasil Ltda. ("Cayman"), que atuavam na exploração de minério de ferro e também possuíam instalações de processamento de minério naquele Estado. Essa transação gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual foi alocado a uma única UGC, em virtude de a Companhia atuar apenas no segmento de mineração e todos os seus ativos gerarem fluxos de caixas de forma unificada. Esse montante não é mais objeto de amortização desde 2009



Nacional Minérios S.A.

CNPJ nº 08.446.702/0001-05 – NIRE 31.3.0002.417-2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas estão relacionados, substancialmente, a pré-pagamentos de exportação, com características e condições descritas a seguir:

- CSN Portugal Lda. (ex-CSN Export S.à.r.l.) - contrato de US\$ 100 milhões (equivalentes a R\$ 169 milhões), com taxa de juros de 6,5% ao ano. Nos meses de agosto e outubro de 2008 foram efetuados pagamentos de duas parcelas, ambas no valor de US\$ 20 milhões, e o saldo de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 101 milhões) foi repactuado em dezembro de 2008, com vencimento final em março de 2015.
- CSN Europe Lda. (ex-CSN Madeira) - contrato de US\$ 34 milhões (equivalentes a R\$ 80 milhões), com taxa de juros de 5,37% ao ano e vencimento em junho de 2015.
- CSN Ibéria - contrato de US\$ 60 milhões (equivalentes a R\$ 105 milhões), com taxa de juros de 6,8% ao ano, com vencimento final em março de 2015.
- Namisa Europe - contratos no montante de US\$ 75 milhões (equivalentes a R\$ 141 milhões), com taxa de 3,48% ao ano, os quais foram liquidados em outubro de 2012.

Em fevereiro de 2011, a Companhia contratou com o BNDES duas operações de crédito especial, para aquisição de equipamentos operacionais, nos montantes de R\$ 5.266 e R\$ 5.035, cujo prazo final de amortização é de 94 meses e as taxas de juros são de 5,5% e 8,0% ao ano, respectivamente, com pagamentos mensais.

Em setembro de 2012, a Companhia contratou com o BNDES uma operação de crédito especial, para aquisição de equipamentos operacionais, no montante de R\$ 12.989, cujo prazo final de amortização é de 104 meses e a taxa de juros é de 5,5% ao ano, com pagamentos mensais a partir de julho e agosto de 2014.

O escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos está divulgado na nota explicativa nº 22(d).

Os empréstimos contratados não possuem cláusulas contratuais restritas ("covenants"). Os contratos celebrados com o BNDES possuem garantia real representada pelos bens financiados.

14 PROVISÃO PARA RISCOS

As provisões para riscos foram estimadas pela Administração com base em informações de seus assessores jurídicos (internos e externos), que realizaram a análise das demandas judiciais pendentes. As provisões foram constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas	494	443	494	443
Ambientais	4.514	10.720	4.514	10.720
Total	5.008	11.163	5.008	11.163

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o saldo das provisões para riscos reduziu R\$ 6.155, dos quais R\$ 4.000 são relativos a processos ambientais reclassificados para outras contas a pagar no passivo não circulante, R\$ 2.257 relativos à revisão das estimativas para gastos com passivos ambientais e aumento de R\$ 51 relativo à atualização de processos trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, os quais, em 31 de dezembro de 2012, somavam R\$ 2.192.683 (R\$ 71.794 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$ 11.105 (R\$ 7.424 em 31 de dezembro de 2011) em processos trabalhistas, R\$ 1.132 (R\$ 940 em 31 de dezembro de 2011) em processos cíveis, R\$ 2.179.876 (R\$ 63.231 em dezembro de 2011) em processos fiscais e R\$ 570 (R\$ 200 em dezembro de 2011) em processos ambientais.

O aumento dos passivos contingentes com probabilidade de perda classificada como possível decorre de autuações recebidas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, relacionadas a discussões no âmbito fiscal. A seguir, uma breve descrição dos processos mais relevantes:

- (a) Processo administrativo - auto de infração IRPJ/CSLL, lucros no exterior, em R\$ 256.234, considerando principal, multa e juros: trata-se de autuação fiscal voltada para a constituição de débito tributário de IRPJ e CSLL sobre lucros apurados no ano 2008 por subsidiárias situadas no exterior.
- (b) Processo administrativo - auto de infração IRRF em R\$ 137.251, considerando principal, multa e juros: trata-se de auto de infração voltado para a constituição de débito tributário de IRRF, supostamente devido pela Namisa na qualidade de responsável pela retenção e pelo recolhimento do imposto incidente sobre o ganho de capital auferido por pessoa jurídica domiciliada no exterior, alienante de bem localizado no Brasil.
- (c) Processo administrativo - auto de infração IRPJ/CSLL - glosa de ágio em R\$ 1.746.583, considerando principal, multa e juros: trata-se de autuação de infração decorrente de glosa da amortização de despesas de ágio nos anos 2009, 2010 e 2011, provenientes de incorporação de empresa.

15 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia, em conjunto com o acionista controlador CSN, celebrou, em janeiro de 2011, contrato de transporte ferroviário de minério de ferro com a MRS Logística, pelo prazo de 16 anos. Esse contrato possui cláusula que garante o pagamento mínimo de 80% do volume contratado, independentemente do volume transportado ("take or pay"). O montante mínimo futuro de pagamento necessário até o vencimento do contrato é aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, com pagamentos anuais mínimos de aproximadamente R\$ 278 milhões.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia é de R\$ 2.800.000 (R\$ 1.173.954 em 31 de dezembro de 2011), dividido em 475.067.405 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 285.040.443 ações pertencentes à CSN e 190.026.962 ações pertencentes ao Consórcio Asiático.

Acionistas	País	Quantidade de ações	Participação (%)
Companhia Siderúrgica Nacional	Brasil	285.040.443	60,00
Brazil Japan Iron Ore Corporation	Japão	154.491.661	32,52
POSCO	Coreia do Sul	30.784.627	6,48
China Steel Corporation	China	4.750.674	1,00
Total		475.067.405	100,00

Durante o ano 2012, os principais atos societários apreciados em assembleia foram:

- (i) Na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 29 de março de 2012, foi aprovada a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício apurado em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 2.073.345, da seguinte forma:
- (1) Destinação de R\$ 103.667 para a reserva legal.
 - (2) Destinação de R\$ 933.005 para a reserva de investimento.
 - (3) Distribuição de R\$ 1.036.673 a título de dividendos, correspondendo ao valor de aproximadamente R\$ 2,18 por ação. Tal dividendo será pago pela Companhia em duas parcelas, sendo a primeira, no valor de R\$ 518.336, em 18 de julho de 2012 e a segunda, no valor de R\$ 518.336, em 4 de dezembro de 2012, sem atualização monetária.
 - (4) Redução dos dividendos mínimos a serem declarados na próxima Assembleia Geral Extraordinária - AGE, relativos ao ano fiscal 2012, de 50% para 25% do lucro líquido.
- (ii) Na AGE de 30 de março de 2012, foram aprovados:
- (1) Aumento de capital, realizado com a reserva de ágio, no montante de R\$ 1.626.046.
 - (2) Transferência do saldo existente na conta "Reserva de lucros a realizar", no montante de R\$ 956.578, para a conta "Reserva de investimentos", ambas pertencentes ao grupo de reserva de lucros.
- (iii) Na AGE de 28 de dezembro de 2012, foram aprovados:
- (1) Pagamento parcial dos dividendos de 2011, no valor de R\$ 300.000, até 31 de dezembro de 2012.
 - (2) Suspensão temporária do pagamento da parcela remanescente dos dividendos de 2011 até 15 de março de 2013, devendo os acionistas, até essa data, convocar e instalar uma nova assembleia geral para a respectiva deliberação.

(b) Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 6.473.699 (R\$ 8.099.745 em 31 de dezembro de 2011), é composta por R\$ 5.081.840 (R\$ 6.707.886 em 31 de dezembro de 2011), constituída em 30 de dezembro de 2008, referente ao ágio gerado na emissão de 187.749.249 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela Big Jump Energy Participações S.A., pelo preço unitário de R\$ 38,81, dos quais R\$ 3,08 representam o preço de emissão unitário, fixado nos termos do artigo 170, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo sido destinados à reserva de capital R\$ 35,73 por ação; e reserva especial de ágio na incorporação da Big Jump Energy Participações S.A., no montante de R\$ 1.391.859, conforme AGE de 30 de julho de 2009.

(c) Reserva legal

A Companhia, até 2011, constituída, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, como reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A partir de 2012, a Companhia, em sua interpretação do artigo 193, parágrafo 1, da Lei mencionada, deixou de constituir a reserva legal no exercício, pois entende que suas reservas de capital excedem os 30% do capital social.

(d) Destinação dos resultados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 (c), a Companhia possui contratos de longo prazo firmados com seu acionista CSN para a compra de minério de ferro e para a utilização de serviços portuários, para os quais foram realizados pré-pagamentos pelo prazo aproximado de 34 anos e cujos saldos são atualizados mensalmente por uma taxa de juros acordada contratualmente entre as partes.

Durante o exercício de 2012, a Administração questionou a sistemática contratual que vem sendo utilizada para a atualização dos saldos dos referidos pré-pagamentos, por entender que gera distorções na posição de caixa e nos resultados da Companhia, e que tendem a se repetir nos períodos futuros. Considerando isso, a Administração submeteu ao Conselho de Administração uma proposta para endereçar a questão dos juros estabelecidos contratualmente. Entretanto, não houve aprovação da proposta por parte do referido Conselho naquela oportunidade e as discussões sobre esses contratos e seu eventual adiamento permanecem pendentes até o fechamento destas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base nos contratos vigentes e incluem a atualização monetária dos saldos de pré-pagamentos pela taxa contratualmente estabelecida, conforme detalhado na nota explicativa nº 8 (c), e não consideram eventuais impactos decorrentes do desfecho dessas discussões nas estimativas utilizadas para definir os valores dos ativos envolvidos, cujo julgamento é complexo, no entender da Administração. Uma alteração nessas estimativas, representada pelo desfecho das discussões entre as partes, será refletida nas demonstrações financeiras de forma prospectiva.

Dessa forma, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está exposta a seguir, sendo a parcela do lucro acumulado excedente do resultado operacional apurado alocada a uma reserva de contingências e o saldo não absorvido pela reserva de contingências alocado para a reserva de investimentos, destinada a cobrir o programa de investimentos dos próximos exercícios.

	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	1.616.486
Reserva de investimentos	(120.411)
Reserva para contingências	(1.496.075)

(e) Dividendos

O estatuto da Companhia prevê o pagamento mínimo de dividendos à ordem de 50% do lucro líquido; contudo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, de forma a evitar a distribuição de resultados que eventualmente possam ser afetados pelas discussões mencionadas acima que ainda estão pendentes, e pelo fato dos dividendos declarados em 2011 não terem sido integralmente quitados, não estão sendo propostos dividendos para o exercício de 2012, decisão esta a ser ratificada em Assembleia.

(f) Reserva para contingências

Diante do cenário anteriormente exposto, a Administração da Companhia propõe a destinação de parcela do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 para a constituição da reserva para contingências nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$ 1.496.075.

17 LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui ações em tesouraria. O lucro por ação ("LPA") foi calculado conforme quadro a seguir:

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Namisa	1.616.486	2.073.345
Média ponderada da quantidade de ações	475.067	475.067
LPA básico	3,4026	4,3643

A Companhia não possui instrumentos potencialmente conversíveis em ações nos exercícios apresentados; portanto, o lucro por ação básico é igual ao lucro por ação diluído.

18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir, a conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	117.545	5.645	117.545	5.645
Mercado externo	2.898.541	2.482.056	3.738.455	3.761.528
3.016.086	2.487.701	3.856.000	3.767.173	
Deduções:				
Tributos sobre vendas	(19.406)	(576)	(19.406)	(576)
Devoluções e abatimentos	(88)	-	(179)	115
(19.494)	(576)	(19.585)	(461)	
Receita operacional líquida	2.996.592	2.487.125	3.836.415	3.766.712

19 INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Material de terceiros	(925.214)	(708.273)	(925.214)	(708.273)
Manuseio no porto	(526.583)	(522.515)	(526.583)	(522.645)
Frete ferroviário	(456.290)	(359.888)	(456.290)	(359.888)
Serviços de beneficiamento	(424.554)	(215.275)	(424.554)	(215.275)
Frete e seguro	(1.355)	(774)	(273.700)	(72.170)
Matéria prima	(110.004)	(123.249)	(110.004)	(123.249)
Mão de obra	(94.721)	(65.215)	(98.484)	(68.263)
Serviços operacionais	(61.229)	(65.733)	(61.229)	(65.733)
Manutenção	(44.172)	(27.559)	(44.172)	(27.559)
"Demurrage"	-	-	(24.838)	(20.536)
Serviços de infraestrutura	(21.889)	(17.146)	(22.259)	(17.656)
Depreciação	(16.152)	(10.156)	(16.423)	(10.295)
Outros	(148.301)	(87.728)	(158.418)	(92.894)
(2.830.464)	(2.203.511)	(3.142.168)	(2.304.436)	
Custo dos produtos vendidos	(2.198.342)	(1.643.324)	(2.203.494)	(1.646.011)
Vendas	(527.939)	(523.419)	(828.646)	(616.045)
Gerais e administrativas	(53.093)	(41.435)	(57.985)	(46.343)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(51.090)	4.667	(52.043)	3.963
Total	(2.830.464)	(2.203.511)	(3.142.168)	(2.304.436)

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras:				
Partes relacionadas	(71.310)	(66.865)	(68.770)	(59.561)
Outras despesas financeiras	(3.862)	(3.988)	(3.593)	(4.041)
(75.172)	(70.853)	(72.363)	(63.602)	
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas	994.978	964.056	998.606	967.243
Dividendos	24.239	23.950	24.239	23.950
Outras receitas financeiras	58.056	127.708	83.819	152.593
1.077.273	1.115.714	1.106.664	1.143.786	
Resultado financeiro, líquido	1.002.101	1.044.861	1.034.301	1.080.184

Variações cambiais:

	2012	2011	2012	2011
Ativas:				
Partes relacionadas	43.268	8.953	43.268	8.953
Terceiros	82	(11)	282.094	26
Passivas:				
Partes relacionadas	(28.996)	(47.479)	(29.002)	(47.479)
Terceiros	(125)	102	(208)	56
Variações cambiais líquidas	14.229	(38.435)	296.152	(38.444)
Variações monetárias líquidas	(745)	(1.047)	(745)	(1.047)
Variações cambiais e monetárias	13.484	(39.482)	295.407	(39.491)

21 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é patrocinadora de plano de pensão, instituído em 2012, administrado por entidade fechada de previdência privada (CBSPREV Namisa), que provê aos empregados benefícios de aposentadoria na modalidade de contribuição definida e benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte) na modalidade de benefício definido, coberto por uma apólice de seguro com custeio integral por parte dos empregados.

A obrigação da Companhia limita-se à contribuição mensal até o período em que o empregado esteja ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$ 1.667. Em relação aos benefícios de risco, que são integralmente custeados pelos empregados, a Companhia realizou a avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2012 e concluiu não haver risco residual significativo a ser provisionado.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão relacionados a aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, tais como operações de "swap" cambial e "swap" de juros, entre outros.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo custo amortizado e são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

(b) Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)

Ativo	2012		2011	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado
Circulante:				
Caixa e equivalentes de caixa	4.081.425	-	3.059.805	-
Contas a receber de clientes	498.578	-	266.838	-
Adiantamentos a fornecedores	694.029	-	449.702	-
Empréstimos e recebíveis	26.375	-	18.645	-
Não circulante:				
Adiantamentos a fornecedores	7.757.475	-	7.736.132	-
Empréstimos e recebíveis	69.479	-	63.777	-
Passivo				
Circulante:				
Empréstimos e financiamentos	-	1.588	-	4.598
Fornecedores	-	208.658	-	152.431
Não circulante:				
Empréstimos e financiamentos	-	335.806	-	298.274

(c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos por ela. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moedas nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A seguir estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros (consolidado), incluindo estimativa de pagamento:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos	1.588	317.374	6.687	11.745
Fornecedores	208.658	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	4.598	2.620	292.886	2.768
Fornecedores	152.431	-	-	-

(e) Risco de taxa de câmbio

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar norte-americano, ficando, assim, com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira, além de considerar o vencimento dos respectivos ativos e passivos sujeitos à oscilação cambial. Basicamente, os instrumentos financeiros da Companhia com risco cambial são as contas a receber originadas de exportações e os investimentos no exterior.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	Consolidado 2012 (US\$ mil)
Caixa e equivalentes no exterior	1.785.280
Contas a receber de clientes	243.933
Contas a receber de partes relacionadas	35.009
Total do ativo	2.064.222
Empréstimos e financiamentos	154.071
Fornecedores	3.366
Outros passivos	20
Total do passivo	157.457
Exposição cambial contábil líquida	1.906.765

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do dólar norte-americano, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2012, de R\$ 2,0435 por US\$ 1,00, foram estimados ajustes para quatro cenários, sendo:

- Cenário 1: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,0218.
- Cenário 2: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,5326.
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,5544.
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 3,0653.

	Risco	Valor de referência US\$	2012			
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Taxa de câmbio		2,0435	1,0218	1,53263	2,5544	3,06525
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do dólar norte-americano	1.785.280	(1.824.110)	(912.055)	912.055	1.824.110
Contas a receber de clientes	Flutuação do dólar norte-americano	243.933	(249.239)	(124.619)	124.619	249.239
Contas a receber - partes relacionadas	Flutuação do dólar norte-americano	35.009	(35.770)	(17.885)	17.885	35.770
		2.064.222	(2.109.119)	(1.054.559)	1.054.559	2.109.119
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do dólar norte-americano	154.071	(157.422)	(78.711)	78.711	157.422
Fornecedores	Flutuação do dólar norte-americano	3.366	(3.439)	(1.720)	1.720	3.439
Outros passivos	Flutuação do dólar norte-americano	20	(21)	(10)	10	21
		157.457	(160.882)	(80.441)	80.441	160.882
Efeito líquido - ganho/(perda)		1.906.765	(1.948.237)	(974.119)	974.119	1.948.237

(f) Risco de taxa de juros

A Companhia não identificou risco relevante de taxa de juros flutuantes e índices de inflação em seus passivos de longo prazo.

(g) Riscos de crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Ao analisar a distribuição geográfica das exportações, nota-se uma forte concentração de vendas na Ásia. Isto se deve ao fato de a China continuar com uma forte demanda por minério de ferro, além do fato de os acionistas serem grandes siderúrgicas localizadas no eixo Japão-Coreia, possuindo contratos de fornecimento de longo prazo.

A realização de grande parte das vendas mediante apresentação de cartas de crédito e a avaliação de clientes, bem como a diversificação de suas contas a receber e o controle sobre o financiamento das vendas, são os procedimentos que a Companhia adota para minimizar eventuais riscos de crédito de seus parceiros comerciais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nossas vendas totais para clientes, que, individualmente, representam mais que 10% do faturamento, totalizaram 39%.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de "rating".

(h) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com o objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

23 SEGUROS

Em virtude da natureza de suas operações, a Companhia renovou, para o período entre 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2013, com uma seguradora nacional, a cobertura para riscos nomeados dos locais: (a) mineração, BR 040, km 602, Ouro Preto - MG; (b) mineração, Rodovia dos Inconfidentes, km 40, sem número, Itabirito - MG; (c) escritório, Rua Iguatemi, 192, 25º andar, Itaim - SP; e (d) danos materiais, incêndio/queda de raio/explosão de qualquer natureza e lucros cessantes, decorrentes de incêndio/queda de raio/explosão de qualquer natureza, no valor em risco total de R\$ 2,6 bilhões (danos materiais e lucros cessantes) e valores máximos de indenização, em caso de sinistro, de R\$ 50 milhões (danos materiais) e R\$ 2 milhões (lucros cessantes).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES
(a) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 09 de outubro de 2013, o governo federal publicou a Lei nº 12.865/2013, subsequentemente alterada pela Medida Provisória - MP nº 627, de 11 de dezembro de 2013, que permitiu às empresas realizarem o pagamento voluntário do IRPJ e da CSLL relacionados aos lucros gerados por subsidiárias e/ou controladas situadas no exterior, conforme definido no artigo 74 da medida provisória nº 2.158-35/01, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O referido programa permitiu o pagamento dos tributos em até 180 parcelas, oferecendo descontos da totalidade das multas e dos juros para os pagamentos realizados à vista e 80% dos juros para os pagamentos realizados em parcelas. Também de acordo com a legislação, foi permitida a utilização de prejuízos fiscais próprios, de controlada e de controladora direta ou indireta, para a liquidação dos montantes incluídos no programa.

Nesse sentido, a Administração da Companhia avaliou suas operações mantidas no exterior, comparando-as com diversos casos no mercado que estão em discussão nas esferas administrativa e judiciária, e decidiu por incluir no programa os montantes relativos aos lucros auferidos pelas suas controladas no exterior nos anos 2009 a 2012.

Os montantes de IRPJ e CSLL resultantes da adesão totalizaram R\$ 912.803 no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2013, sendo pagos à vista R\$ 566.411, relativos aos anos de 2009 a 2011, e R\$ 88.235, relativos ao ano 2012, parcelados em 180 vezes, com entrada de 20% do valor e acréscimo de R\$ 17.647 relativos à multa e aos juros calculados com as reduções previstas no programa. Adicionalmente, foi abatido o montante de R\$ 258.158 relativos ao prejuízo fiscal adquirido do acionista controlador indireto Vicunha S.A., com pagamento à vista. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$ 70.263, a ser liquidado em 180 parcelas, sendo as 12 primeiras classificadas no passivo circulante e as demais no passivo não circulante.

(b) Medida Provisória nº 627 de 2013

No dia 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do IRPJ, bem como na legislação pertinente à CSLL; (ii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em Lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que Lei tributária regule a matéria; (iii) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio; e (v) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, no entanto, sua adoção antecipada, de forma irretroativa, em 2014, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente aqueles relacionados a dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos desde 2008 até a data de publicação desta MP.

A Companhia está estudando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das referidas disposições da MP e não espera ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras.

A Administração aguarda a apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo a fim de decidir sobre sua eventual adoção antecipada para o ano-calendário 2014.

25 APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada na reunião da Diretoria Executiva realizada em 28 de março de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Benjamin Steinbruch Presidente	José Taragano Enéas Garcia Diniz Takashi Maeno Rosana Passos de Pádua
Daniel dos Santos Júnior Masayuki Yamamoto Yutaka Washizu Kyung Sik Ha	

DIRETORIA

Daniel dos Santos Júnior Diretor Presidente	Geraldo Medeiros de Moraes Diretor Comercial
Hironori Makane Diretor Vice Presidente	Evilmar José da Fonseca Diretor Operacional
Paulo Roberto Gozzi Diretor Jurídico, Administrativo e Financeiro	

CONTADORES

Caio Márcio Martins de Araújo Gerente Geral de Controladoria Contador CRC RJ-087.085/O-S-MG	Hugomar Spelta Martins Gerente de Contabilidade Contador CRC ES-008017/O-S-MG
--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e aos Acionistas da Nacional Minérios S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nacional Minérios S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nacional Minérios S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, existem transações relevantes com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos
Auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 15 de março de 2012 sem nenhuma modificação.

São Paulo, 28 de março de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº 1 SP 088438/O-9

Deloitte.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das Notas Explicativas.

Congonhas, 10 de abril de 2014. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	433.168	431.574	4.081.425	3.059.805	Empréstimos e financiamentos	13	1.588	146.113	1.588	4.598
Contas a receber de clientes	5	318.247	55.560	498.578	266.838	Fornecedores terceiros		67.613	75.560	76.806	75.560
Estoque	6	199.886	254.794	199.886	254.794	Fornecedores com partes relacionadas	8	131.852	76.871	131.852	76.871
Adiantamentos a fornecedores		694.029	449.702	694.029	449.702	Salários, provisões e contribuições sociais		18.402	7.545	18.456	7.814
Impostos a recuperar	7	150.584	101.479	150.891	101.479	Tributos a recolher		6.765	6.416	19.494	6.494
Empréstimos e recebíveis		24.308	18.433	26.375	18.645	Dividendos propostos	16	736.673	1.036.673	736.673	1.036.673
Outros ativos		3.394	4.051	3.235	4.279	Outras contas a pagar		68.855	16.887	96.318	40.896
Total do ativo circulante		1.823.616	1.315.593	5.654.419	4.155.542	Total do passivo circulante		1.031.748	1.366.065	1.081.187	1.248.906
Não Circulante						Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores	8	7.757.475	7.736.132	7.757.475	7.736.132	Empréstimos e financiamentos	13	335.806	298.274	335.806	298.274
Empréstimos e recebíveis	8	-	-	69.479	63.777	Provisão para riscos	14	5.008	11.163	5.008	11.163
Impostos diferidos	9	325.706	611.159	325.706	611.159	Outras contas a pagar		14.587	9.060	14.587	9.078
Impostos a recuperar	7	140.309	8.513	140.309	8.513	Total do passivo não circulante		355.401	318.497	355.401	318.515
Outros ativos		3.619	2.795	3.704	2.853	Patrimônio líquido					
Investimentos	10	4.023.018	3.193.233	171.760	171.760	Capital social	16	2.800.000	1.173.954	2.800.000	1.173.954
Imobilizado	11	466.129	353.520	466.459	354.068	Reservas de capital		6.473.699	8.099.745	6.473.699	8.099.745
Intangível	12	578.688	578.542	578.688	578.542	Ajustes de avaliação patrimonial		161.637	161.637	161.637	161.637
Total do ativo não circulante		13.294.944	12.483.894	9.513.580	9.526.804	Reserva para contingências		1.496.075	-	1.496.075	-
Total do Ativo		15.118.560	13.799.487	15.167.999	13.682.346	Reservas de lucros		2.800.000	2.679.589	2.800.000	2.679.589
						Total do patrimônio líquido		13.731.411	12.114.925	13.731.411	12.114.925
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.118.560	13.799.487	15.167.999	13.682.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	2012	Controladora 2011	2012	Consolidado 2011
Receita operacional líquida	18	2.996.592	2.487.125	3.836.415	3.766.712
Custo dos produtos vendidos	19	(2.198.342)	(1.643.324)	(2.203.494)	(1.646.011)
Lucro bruto		798.250	843.801	1.632.921	2.120.701
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	19	(527.939)	(523.419)	(828.646)	(616.045)
Gerais e administrativas	19	(53.093)	(41.435)	(57.985)	(46.343)
Outras (despesas) receitas, líquidas	19	(51.090)	4.667	(52.043)	3.963
Resultado de equivalência patrimonial	10	829.785	1.213.976	-	-
		197.663	653.789	(938.674)	(658.425)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		995.913	1.497.590	694.247	1.462.276
Resultado financeiro					
Receitas financeiras, líquidas	20	1.002.101	1.044.861	1.034.301	1.080.184
Variação cambial, líquida	20	13.484	(39.482)	295.407	(39.491)
		1.015.585	1.005.379	1.329.708	1.040.693
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.011.498	2.502.969	2.023.955	2.502.969
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	9	(109.559)	(102.796)	(122.016)	(102.796)
Diferidos	9	(285.453)	(326.828)	(285.453)	(326.828)
Lucro líquido do exercício		1.616.486	2.073.345	1.616.486	2.073.345
Lucro líquido básico e diluído do exercício por lote de mil ações - RS		3.4026	4.3643		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	2012	Controladora 2011	2012	Consolidado 2011
Lucro líquido do exercício	1.616.486	2.073.345	1.616.486	2.073.345
Outros resultados abrangentes:				
Diferenças cambiais de conversão de operação no exterior	-	350.136	-	350.136
Total do resultado abrangente de exercício	1.616.486	2.423.481	1.616.486	2.423.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	2012	Controladora 2011	2012	Consolidado 2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.616.486	2.073.345	1.616.486	2.073.345
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social				
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Variações monetárias e cambiais líquidas	29.794	46.635	(31.085)	81.377
Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos	27.584	67.345	24.977	60.063
Depreciação/exaustão/amortização	16.152	10.156	16.423	10.295
Resultado de equivalência patrimonial	(829.785)	(1.213.976)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	395.012	326.828	407.669	326.828
Provisão de vendas a termo	-	-	(42.175)	59.361
Provisão para juros ativos	(656.686)	(964.056)	(656.686)	(967.155)
Dividendos a receber - MRS Logística	(24.239)	(23.950)	(24.239)	(23.950)
Outras provisões	54.136	150.462	88.522	250.404
	628.454	472.789	1.399.692	1.870.568
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber clientes	(260.888)	43.583	(203.312)	130.470
Estoques	50.735	(38.367)	50.735	(37.689)
Adiantamentos a fornecedores	(16.635)	(6.948)	(16.635)	(6.948)
Impostos a recuperar	(167.075)	(7.415)	(179.839)	(7.415)
Empréstimos e recebíveis	4.751	293	5.200	58
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores terceiros	(10.906)	34.138	(1.715)	(37.054)
Fornecedores com partes relacionadas	463.279	242.551	463.279	258.331
Salários, provisões e contribuições sociais	3.031	3.317	2.815	3.571
Tributos a recolher	(1.939)	(29.597)	(1.733)	(29.571)
Outras contas a pagar	(5.955)	(12.376)	(13.043)	(27.710)
Pagamento de riscos ambientais	-	(5.192)	-	(5.192)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	686.852	696.776	1.505.444	2.111.419
Juros recebidos	-	326.968	-	326.968
Dividendos recebidos	26.057	21.950	26.057	21.950
Imposto de renda e contribuição social pagos	(119.268)	-	(119.268)	-
Juros pagos	(31.292)	(105.381)	(27.855)	(97.346)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	562.349	940.313	1.384.378	2.362.991
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(127.728)	(159.189)	(127.871)	(159.336)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(127.728)	(159.189)	(127.871)	(159.336)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de novos empréstimos e financiamentos	12.989	10.360	12.989	10.360
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(146.016)	(1.298.764)	(1.414)	(1.198.501)
Dividendos pagos	(300.000)	(977.635)	(300.000)	(977.635)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(433.027)	(2.266.039)	(288.425)	(2.165.776)
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa				
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.594	(1.484.915)	1.021.620	331.901
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	431.574	1.916.489	3.059.805	2.727.904
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	433.168	431.574	4.081.425	3.059.805
	1.594	(1.484.915)	1.021.620	331.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Reserva especial de ágio na incorporação	Reserva legal	Investimentos	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2010		1.173.954	6.707.886	1.391.859	155.583	530.758	956.577	(188.499)	-	10.728.118
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	2.073.345	2.073.345
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	350.136	-	350.136
Destinações:										
Reserva legal	16.b	-	-	-	103.666	-	-	-	(103.666)	-
Reserva de investimento	16.c	-	-	-	-	933.005	-	-	(933.005)	-
Dividendos propostos (R\$ 2,1821 por ação)	16.c	-	-	-	-	-	-	-	(1.036.674)	(1.036.674)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.173.954	6.707.886	1.391.859	259.249	1.463.763	956.577	161.637	-	12.114.925
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.616.486	1.616.486
Aumento de capital	16.a	1.626.046	(1.626.046)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:										
Reserva de investimento		-	-	-	-	120.411	-	-	(120.411)	-
Reserva para contingências	16.c	-	-	-	-	-	1.496.075	-	(1.496.075)	-
Reserva de lucros a realizar	16.a	-	-	-	-	956.577	(956.577)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		2.800.000	5.081.840	1.391.859	259.249	2.540.751	-	1.496.075	161.637	13.731.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Nacional Minérios S.A. ("Companhia" ou "Namisa") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2006 e domiciliada no Brasil, e sua sede está localizada na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.

A Companhia é controlada através de Acordo de Acionistas celebrado entre a Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), que detém 60% das ações de emissão da Namisa, e um Consórcio Asiático formado pelas empresas Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel Ltd., Nishin Steel Co. Ltd. e China Steel Corp., as quais detêm, em conjunto, 40% das ações de emissão da Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias integrantes das demonstrações financeiras consolidadas operam sob controle comum e desenvolvem suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possuem direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. A Companhia também conta com uma rede de logística integrada, por meio de contratos de longo prazo com a CSN, composta de ferrovia e instalações portuárias para o escoamento de sua produção. Essa rede de logística integrada permite a locomoção do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito, Rio Acima e Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes Europeu e Asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (*Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado*)

(k) Empréstimos e financiamentos

Atualizados monetariamente até as datas dos balanços pelas variações cambiais e monetárias e pelos encargos financeiros incorridos, conforme previsto contratualmente.

(l) Benefícios a empregados - previdência privada e programa de remuneração variável

A Companhia é patrocinadora de plano de pensão, instituído em 2012, administrado por entidade fechada de previdência privada (CBSPREV Namisa), que prevê aos empregados benefício de aposentadoria na modalidade de contribuição definida e benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte) na modalidade de benefício definido, com custeio integral por parte dos empregados.

Em relação ao benefício de aposentadoria, as contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registradas no resultado do período em que são devidas. A obrigação da Companhia limita-se à contribuição mensal até o período em que o empregado esteja ativo. Em virtude de os benefícios de risco serem integralmente custeados pelos empregados, a Companhia somente reconhece um passivo na medida em que o fundo acumulado para esse fim não seja suficiente para cobrir eventual concessão do benefício nos casos previstos.

Em relação ao programa de remuneração variável dos empregados, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados e pagamento de bônus, calculados com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizados em contas de benefícios a empregados no resultado do exercício.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, as perdas sejam avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nesses processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados, e as obrigações legais são registradas como exigíveis.

(n) Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre o lucro compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, também são reconhecidos no patrimônio em outros resultados abrangentes, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

O tributo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas subsidiárias atuam e geram lucro tributável. No Brasil, a alíquota nominal dos tributos sobre o lucro é de 34%.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, exceto: (i) no reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; e (ii) diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, uma vez que há o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

(o) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

(p) Informações por segmento

As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento, tendo em vista que a Companhia opera apenas um segmento operacional relativo ao beneficiamento e à venda de minério de ferro, o qual é consistente com os relatórios internos que servem de base para as avaliações e decisões estratégicas da Diretoria Executiva.

(q) Receita operacional líquida

A receita operacional da venda de minério de ferro no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, por provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, os custos associados e a possível devolução de produtos possam ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Em virtude das condições individuais do contrato de venda e frete, a transferência dos riscos e benefícios normalmente ocorre na transposição das mercadorias da amurada do navio, no porto de origem.

(r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, pré-pagamentos a partes relacionadas, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito de a Companhia receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(s) Instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros
• Ativos financeiros

São classificados nas seguintes categorias: pelo valor justo por meio do resultado; mantidos até o vencimento; empréstimos e recebíveis; e disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para a venda.

(i) Pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando é adquirido principalmente para o propósito de realização em curto prazo. Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou reconhecimento.

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método dos juros efetivos.

Método dos juros efetivos

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos), por meio da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

• Passivos financeiros

São classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Os outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o exercício.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

(t) Normas novas e alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

O CPC e o CFC têm o compromisso de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Tais alterações têm aplicação obrigatória pelas empresas, assim que forem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

As normas novas e as alterações e interpretações de normas, a seguir relacionadas, foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a essas IFRSs novas e revisadas, a seguir mencionadas.

As normas que a Companhia entende que serão aplicáveis:

Norma	Descrição	Vigência
Emenda à IAS 19	Benefícios a Empregados ("Employee Benefits"). Elimina o método do corredor (aplicado nos anos anteriores pela Companhia) para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais e requer que sejam calculados os custos financeiros com base na captação líquida. Simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações sobre Participações em Outras Entidades ("Disclosure of Interests in Other Entities"). Consolida todos os requerimentos de divulgação que uma entidade deve atender quando participa em uma ou mais entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo ("Fair Value Measurement"). Define valor justo de forma mais precisa, explica como mensurá-lo (nomeando uma única fonte) e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.	1º de janeiro de 2013
Emenda à IFRS 7	Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros ("Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities"). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
IAS 32	Instrumentos Financeiros: Apresentação ("Financial Instruments"), sobre compensação de ativos e passivos. Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida na IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.	1º de janeiro de 2014
IFRS 9	Instrumentos Financeiros ("Financial Instruments"). Mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação da IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de "hedge" continua aplicável. A emenda à IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou, também, a obrigatoriedade de representação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para a IFRS 9.	1º de janeiro de 2015
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas ("Consolidated Financial Statements"). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. Estabelece conceito de controle como base da consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordos Conjuntos ("Joint Arrangements"). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações financeiras de entidades que sejam parte de acordos conjuntos. Os acordos conjuntos são classificados pela IFRS 11 em dois tipos: operações conjuntas e "joint ventures". Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela de ativos, passivos, receitas e despesas. "Joint ventures" existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação conforme o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de "joint ventures" não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas ("Separate Financial Statements"). Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle da IAS 27 incluídas na nova IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisada em 2011)	Coligadas e Controladas em Conjunto ("Joint Ventures"). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão da IFRS 11.	1º de janeiro de 2013
IFRIC 20	Custos de Remoção de Estéril de Mina de Superfície na Fase de Produção ("Stripping"). Traz esclarecimentos sobre a contabilização dos custos de remoção de estéril na fase de produção de uma mina de superfície. Segundo a IFRIC 20, as entidades mineradoras que apresentem demonstrações financeiras em IFRSs devem baixar ativos de remoção existentes para lucros acumulados se os ativos não puderem ser atribuídos a um componente identificável de uma jazida mineral.	1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas normas, interpretações e alterações tenham efeitos relevantes sobre suas demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As subsidiárias não incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das subsidiárias estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das subsidiárias são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras utilizadas no processo de consolidação são elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias mencionadas a seguir, tendo sido preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas.

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	2012	2011	
Participação direta:			
Consolidação integral:			
Namisa International Minérios, S.L.U.	100	100	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Participação indireta:			
Consolidação integral:			
Namisa Europe Unipessoal LDA.	100	100	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
Namisa Handel GmbH (anteriormente denominada Aloadus Handel GmbH)	100	100	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	47	644	2.675	1.311
Aplicações:				
No Brasil (a)	433.121	430.930	433.121	430.930
No exterior (b)	-	-	3.645.629	2.627.564
Total	433.121	430.930	4.078.750	3.058.494
	433.168	431.574	4.081.425	3.059.805

(a) Renda fixa - são aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações são remuneradas em aproximadamente 100% da variação do CDI e podem ser resgatados imediatamente pela Companhia, sem riscos de mudanças significativas no seu valor contábil.

(b) "Time deposits" - depósitos temporários em bancos de primeira linha com liquidez diária e remunerados às taxas prefixadas de aproximadamente 0,8% ao ano.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante:				
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	317.392	55.560	293.998	82.817
Clientes nacionais	855	-	855	-
Clientes no exterior	-	-	203.725	184.021
Total	318.247	55.560	498.578	266.838

Em 31 de dezembro de 2012, não havia contas a receber vencidas e o prazo médio de recebimento das vendas foi de 40 dias.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada, porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

6 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	157.383	233.560	157.383	233.560
Matérias-primas	6.391	5.027	6.391	5.027
Almoxarifado	33.154	16.207	33.154	16.207
Estoques em trânsito	2.958	-	2.958	-
Total	199.886	254.794	199.886	254.794

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de registro de provisão para perda para os estoques e, em 31 de dezembro de 2012, não houve a necessidade de constituir provisão para perda.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Pagamento a maior de IRPJ e CSLL	93.840	1.316	93.933	1.316
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	144.776	70.595	144.990	70.595
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	43.099	25.673	43.099	25.673
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.064	9.372	5.064	9.372
Outros	4.114	3.036	4.114	3.036
Total	290.893	109.992	291.200	109.992
Ativo circulante	150.584	101.479	150.891	101.479
Ativo não circulante	140.309	8.513	140.309	8.513
Total	290.893	109.992	291.992	109.992

A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de registro de provisão, objetivando o seu aproveitamento.

A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de ICMS cuja expectativa de realização é de longo prazo.

8 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia opera de forma integrada com a CSN, destacando-se as transações de prestação de serviços, fornecimento de minério de ferro, em Casa Pedra, embarque portuário no Terminal de Carvão - TECAR, em Itaguaí - RJ, e a utilização de transporte ferroviário com a MRS Logística S.A. ("MRS Logística").

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos patrimoniais e o valor das operações estão representados como segue:

(a) Contas patrimoniais

	Controladora					Consolidado				
	2012		2011		Total	2012		2011		Total
	CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Namisa Handel		CSN	MRS Logística	Consórcio Asiático	Namisa Handel	
Ativo										
Circulante:										
Contas a receber de clientes	294.006	-	-	23.386	317.392	55.560	-	-	-	55.560
Outros valores a receber (1)	13.702	-	-	-	13.702	6.011	-	-	-	6.011
Dividendos (1)	-	10.606	-	-	10.606	-	12.422	-	-	12.422
Pré-pagamento (2)	668.200	-	-	-	668.200	440.526	-	-	-	440.526
Total	975.908	10.606	-	23.386	1.009.900	502.097	12.422	-	-	514.519
Não circulante:										
Pré-pagamento (2)	7.757.475	-	-	-	7.757.475	7.736.132	-	-	-	7.736.132
Total	7.757.475	-	-	-	7.757.475	7.736.132	-	-	-	7.736.132
Passivo										
Circulante:										
Fornecedores	121.273	10.579	-	-	131.852	74.492	2.379	-	-	76.871
Empréstimos e financiamentos	145	-	-	-	145	3.843	-	-	-	3.843
Obrigações contratuais	-	8.554	-	-	8.554	1.939	4.168	-	-	6.107
Dividendos	442.004	-	294.669	-	736.673	622.004	-	414.669	-	1.036.673
Outras contas a pagar	56.265	2.024	-	-	58.289	-	-	-	-	-
Total	619.687	21.157	294.669	-	935.513	702.278	6.547	414.669	141.515	1.265.009
Não circulante:										
Empréstimos e financiamentos	314.699	-	-	-	314.699	288.873	-	-	-	288.873
Total</										

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (*Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado*)

(iii) **MRS Logística**

A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para o escoamento e a movimentação da produção. As obrigações assumidas e os valores envolvidos estão detalhados na nota explicativa nº 15.

(iv) **Consórcio Asiático**

A Companhia realiza exportações para os membros do Consórcio Asiático de acordo com contratos de longo prazo e preços com base em cotações de mercado.

(v) **Namisa Handel GmbH (“Namisa Handel”)**

A Companhia realiza exportações de minério de ferro para a Namisa Handel, que é uma subsidiária integral da Companhia, cuja finalidade é a revenda desse minério no mercado internacional.

(d) **Remuneração dos administradores**

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e demais diretores. A Companhia apresenta no quadro a seguir informações sobre remunerações em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Benefícios de curto prazo	2.631	2.237
Benefícios pós-emprego	16	13
Total	2.647	2.250

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Correntes	(109.559)	(102.796)	(122.016)	(102.796)
Diferidos	(285.453)	(326.828)	(285.453)	(326.828)
Total	(395.012)	(429.624)	(407.469)	(429.624)

(b) A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social da controladora e do consolidado e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	2.011.498	2.502.969	2.023.955	2.502.969

Expectativa de despesa com imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente combinada

	34%	34%	34%	34%
	(683.909)	(851.009)	(688.145)	(851.009)

Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes:

Equivalência patrimonial	282.127	412.751	-	-
Lucro no exterior isento de tributação (*)	-	-	273.906	412.751
Incentivo Finor	-	2.436	-	2.436
Incentivo - Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	3.129	-	3.129	-
Outras diferenças permanentes	3.641	6.198	3.641	6.198
Despesa de imposto de renda e contribuição social apurados	(395.012)	(429.624)	(407.469)	(429.624)

(*) Em 31 de dezembro de 2012, os lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia foram reinvestidos em suas operações, sem presunção de que estes serão transferidos para a controladora no futuro previsível; portanto, não foram reconhecidos os impostos diferidos passivos sobre a eventual repatriação desses lucros.

(c) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil e estão demonstrados a seguir. Os montantes da controladora e do consolidado são idênticos; portanto, os valores são apresentados em um único quadro:

	IRPJ/CSLL	
	2012	2011
Ativos:		

Provisão para perda - adiantamentos a fornecedores	3.297	3.297
Ágio CFM/Cayman anterior à incorporação, adicionado em 2008	484	2.077
Provisões operacionais	24.615	7.385
Provisão para perda em inventários	29.970	204
Ativo fiscal - CVM nº 349/01 - incorporação da Big Jump	440.756	719.127
IRPJ/CSLL passivos - ágio Cayman e CFM deduzido via Regime Tributário de Transição - RTT	(188.028)	(141.625)
Variação cambial	14.612	-
Prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	-	20.694
Total	325.706	611.159

A movimentação do saldo dos impostos diferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é apresentada a seguir:

	IRPJ/CSLL	
	2012	2011
Saldo no início do exercício	611.159	939.487

Amortização fiscal de ágios	(326.367)	(328.365)
Constituição (reversão) de provisões operacionais	17.230	(20.861)
Ajustes de inventários indedutíveis temporariamente	29.766	204
Variação cambial	14.612	-
Utilização de prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	(20.694)	20.694
Saldo no fim do exercício	325.706	611.159

A Administração realizou um estudo e espera que a realização do crédito fiscal diferido ocorra durante os exercícios de 2013 e 2014, nos montantes de R\$ 163.323 e R\$ 162.383, respectivamente.

10 INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Investimento em títulos patrimoniais:				
MRS Logística S.A.	171.760	171.760	171.760	171.760
Empresa controlada:				
Namisa Internacional Minérios, S.L.U.	3.851.258	3.021.473	-	-
	4.023.018	3.193.233	171.760	171.760

A movimentação do investimento na empresa controlada é demonstrada conforme segue:

	2012		2011	
	3.021.473	1.457.361	829.785	1.213.976
Saldo do investimento no início do exercício				
Equivalência patrimonial				
Ajuste de conversão registrado em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido				
Saldo do investimento no fim do exercício	3.851.258	3.021.473		

A seguir, uma breve descrição dos investimentos:

• **Namisa Internacional**

Situada em Madri, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como “holding”, tendo participação de 100% do capital das controladas Namisa Europe e Namisa Handel, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras.

No quadro a seguir consta um resumo das informações financeiras da controlada Namisa Internacional para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Ativo:		
Circulante (*)	3.854.195	2.981.464
Não circulante	69.894	64.383
Total	3.924.089	3.045.847
Passivo:		
Circulante	72.831	24.357
Exigível a longo prazo	-	17
Patrimônio líquido	3.851.258	3.021.473
Total	3.924.089	3.045.847

(*) Refere-se principalmente à caixa e equivalentes de caixa.

Receita líquida

(-) Custo dos produtos vendidos

Lucro bruto

Despesas operacionais

Resultado financeiro líquido

Variação cambial

Lucro antes dos impostos

Impostos sobre o lucro

Lucro líquido do exercício

• **MRS Logística**

Em novembro de 2008, a CSN capitalizou na Namisa 10% de ações preferenciais classe “A”, sem direito a voto, em emissão da MRS Logística, pelo montante de R\$ 172 milhões, conforme boletim de subscrição e laudo de avaliação das ações de conversão da MRS Logística.

A MRS Logística é uma sociedade por ações que tem por objeto a exploração e o desenvolvimento de serviço público de transporte ferroviário na Malha Sudeste - localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

O investimento na MRS é avaliado ao método de custo histórico de aquisição.

11 IMOBILIZADO

(a) **Composição do imobilizado**

	Controladora			Consolidado			
	Taxa deprec. (% a.a.)	2012		2011			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos		4.443	-	4.443	-	4.443	
Edificações	2,46	110.371	(4.651)	105.720	110.371	(4.651)	105.720
Móveis e utensílios	8,81	4.562	(1.083)	3.479	5.042	(1.233)	3.809
Veículos	14,82	873	(181)	692	873	(181)	692
Máquinas, equipamentos e instalações	7,44	192.681	(50.825)	141.856	192.681	(50.825)	141.856
Equipamentos de computação	20,65	3.249	(1.723)	1.526	3.249	(1.723)	1.526
Minas e jazidas	(*)	13.232	(1.016)	12.216	13.232	(1.016)	12.216
Benefetórias em bens de terceiros	18,60	1.842	(1.597)	245	1.842	(1.597)	245
Imobilizado de terceiro em nosso poder	6,67	530	(32)	498	530	(32)	498
Outros bens		5.082	-	5.082	-	-	5.082
Obras em andamento		190.372	-	190.372	-	-	190.372
Total		527.237	(61.108)	466.129	527.217	(61.258)	466.459

	Controladora			Consolidado			
	Taxa deprec. (% a.a.)	2011		2011			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos		4.443	-	4.443	-	4.443	
Edificações	2,21	16.546	(2.754)	13.792	16.546	(2.754)	13.792
Móveis e utensílios	10,7	2.679	(736)	1.943	3.105	(824)	2.281
Veículos	11,66	24.594	(2.730)	21.864	24.594	(2.730)	21.864
Máquinas, equipamentos e instalações	6,93	111.462	(35.206)	76.256	111.528	(35.235)	76.293
Equipamentos de computação	20,17	2.188	(1.326)	862	2.362	(1.381)	981
Minas e jazidas	(*)	13.177	(880)	12.297	13.177	(880)	12.297
Benefetórias em bens de terceiros	18,61	1.842	(1.477)	365	1.929	(1.511)	418
Outros bens		7.825	-	7.825	-	-	7.825
Obras em andamento		213.874	-	213.874	-	-	213.874
Total		398.630	(45.110)	353.520	399.383	(45.315)	354.068

(*) A exaustão das jazidas é calculada em virtude do volume de minério extraído em relação à reserva lavrável, visto que a estimativa da Companhia é que as reservas sejam esgotadas em um período máximo de 30 anos.

(b) **Obras em andamento**

Os gastos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços e compra de partes e peças, a serem aplicados como investimentos para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para suas respectivas contas e depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso. O saldo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é composto pelos seguintes projetos:

	2012	2011
Principais projetos		
Ampliação da estrutura administrativa	6.387	-
Estrada Engenho - Pires	-	85.469
Expansão da capacidade produtiva - Pires	100.177	42.761
Planta de pelotização	70.614	62.637
Expansão da capacidade produtiva - Fernandinho	13.194	11.420
Outros	-	9.290
Total	190.372	213.874

Movimentação do imobilizado

	Controladora					
	2011 Saldo inicial	Adições	Baixa	Depreciação	Outras movimentações	2012 Saldo final
Edificações	13.792	-	-	(1.897)	93.825	105.720
Máquinas e equipamentos	76.256	33.716	(11)	(11.807)	43.703	141.857
Móveis e utensílios	1.943	1.785	-	(362)	113	3.479
Veículos	21.864	-	-	(1.301)	(19.870)	693
Equipamentos de computação	862	695	(6)	(400)	375	1.526
Terrenos	4.443	-	-	-	-	4.443
Minas e jazidas	12.298	96	-	(233)	55	12.216
Benefetórias em bens de terceiros	365	-	-	(120)	-	245
Imobilizado de terceiro em nosso poder	-	530	-	(32)	-	498
Outros bens	7.823	877	-	-	(3.620)	5.080
Obras em andamento	213.874	89.872	-	-	(113.374)	190.374
Total	353.520	127.571	(17)	(16.152)	1.207	466.129

	Consolidado					
	2011 Saldo inicial	Adições	Baixa	Depreciação	Outras movimentações	2012 Saldo final
Edificações	13.792	-	-	(1.897)	93.825	105.720
Máquinas e equipamentos	76.278	33.716	(33)	(11.808)	43.703	141.856
Móveis e utensílios	2.321	1.870	-	(458)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 6.473.699 (R\$ 8.099.745 em 31 de dezembro de 2011), é composta por R\$ 5.081.840 (R\$ 6.707.886 em 31 de dezembro de 2011), constituída em 30 de dezembro de 2008, referente ao ágio gerado na emissão de R\$ 187.749.249 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela Big Jump Energy Participações S.A., pelo preço unitário de R\$ 38,81, dos quais R\$ 3,08 representam o preço de emissão unitário, fixado nos termos do artigo 170, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo sido destinados à reserva de capital R\$ 35,73 por ação; e reserva especial de ágio na incorporação da Big Jump Energy Participações S.A., no montante de R\$ 1.391.859, conforme AGE de 30 de julho de 2009.

(c) Reserva legal

A Companhia, até 2011, constituída, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, como reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A partir de 2012, a Companhia, em sua interpretação do artigo 193, parágrafo 1, da Lei mencionada, deixou de constituir a reserva legal no exercício, pois entende que suas reservas de capital excedem os 30% do capital social.

(d) Destinação dos resultados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 (c), a Companhia possui contratos de longo prazo firmados com seu acionista CSN para a compra de minério de ferro e para a utilização de serviços portuários, para os quais foram realizados pré-pagamentos pelo prazo aproximado de 34 anos e cujos saldos são atualizados mensalmente por uma taxa de juros acordada contratualmente entre as partes. Durante o exercício de 2012, a Administração questionou a sistemática contratual que vem sendo utilizada para a atualização dos saldos dos referidos pré-pagamentos, por entender que gera distorções na posição de caixa e nos resultados da Companhia, e que tendem a se repetir nos períodos futuros. Considerando isso, a Administração submeteu ao Conselho de Administração uma proposta para endereçar a questão dos juros estabelecidos contratualmente. Entretanto, não houve aprovação da proposta por parte do referido Conselho naquela oportunidade e as discussões sobre esses contratos e seu eventual aditamento permanecem pendentes até o fechamento destas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base nos contratos vigentes e incluem a atualização monetária dos saldos de pré-pagamentos pela taxa contratualmente estabelecida, conforme detalhado na nota explicativa nº 8 (c), e não consideram eventuais impactos decorrentes do desfecho dessas discussões nas estimativas utilizadas para definir os valores dos ativos envolvidos, cujo julgamento é complexo, no entender da Administração. Uma alteração nessas estimativas, representada pelo desfecho das discussões entre as partes, será refletida nas demonstrações financeiras de forma prospectiva.

Dessa forma, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está exposta a seguir, sendo a parcela do lucro acumulado excedente do resultado operacional apurado alocada a uma reserva de contingências e o saldo não absorvido pela reserva de contingências alocado para a reserva de investimentos, destinada a cobrir o programa de investimentos dos próximos exercícios.

Lucro líquido do exercício	1.616.486	31/12/2012
Reserva de investimentos	(120.411)	
Reserva para contingências	(1.496.075)	

(e) Dividendos

O estatuto da Companhia prevê o pagamento mínimo de dividendos à ordem de 50% do lucro líquido; contudo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, de forma a evitar a distribuição de resultados que eventualmente possam ser afetados pelas discussões mencionadas acima que ainda estão pendentes, e pelo fato dos dividendos declarados em 2011 não terem sido integralmente quitados, não estão sendo propostos dividendos para o exercício de 2012, decisão esta a ser ratificada em Assembleia.

(f) Reserva para contingências

Diante do cenário anteriormente exposto, a Administração da Companhia propõe a destinação de parcela do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 para a constituição da reserva para contingências nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$ 1.496.075.

17 LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui ações em tesouraria. O lucro por ação ("LPA") foi calculado conforme quadro a seguir:

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Namisa	1.616.486	2.073.345
Média ponderada da quantidade de ações	475.067	475.067
LPA básico	3,4026	4,3643

A Companhia não possui instrumentos potencialmente conversíveis em ações nos exercícios apresentados; portanto, o lucro por ação básico é igual ao lucro por ação diluído.

18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir, a conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	117.545	5.645	117.545	5.645
Mercado externo	2.898.541	2.482.056	3.738.455	3.761.528
	3.016.086	2.487.701	3.856.000	3.767.173
Deduções:				
Tributos sobre vendas	(19.406)	(576)	(19.406)	(576)
Devoluções e abatimentos	(88)	-	(179)	(115)
	(19.494)	(576)	(19.585)	(461)
Receita operacional líquida	2.996.592	2.487.125	3.836.415	3.766.712

19 INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Material de terceiros	(925.214)	(708.273)	(925.214)	(708.273)
Manuseio no porto	(526.583)	(522.515)	(526.583)	(522.645)
Frete ferroviário	(456.290)	(359.888)	(456.290)	(359.888)
Serviços de beneficiamento	(424.554)	(215.275)	(424.554)	(215.275)
Frete e seguro	(1.355)	(774)	(273.700)	(72.170)
Matéria prima	(110.004)	(123.249)	(110.004)	(123.249)
Mão de obra	(94.721)	(65.215)	(98.484)	(68.263)
Serviços operacionais	(61.229)	(65.733)	(61.229)	(65.733)
Manutenção "Demurrage"	(44.172)	(27.559)	(44.172)	(27.559)
Serviços de infraestrutura	-	-	(24.838)	(20.536)
Depreciação	(21.889)	(17.146)	(22.259)	(17.656)
Outros	(148.301)	(87.728)	(158.418)	(92.894)
	(2.830.464)	(2.203.511)	(3.142.168)	(2.304.436)
Custo dos produtos vendidos	(2.198.342)	(1.643.324)	(2.203.494)	(1.646.011)
Vendas	(527.939)	(523.419)	(828.646)	(616.045)
Gerais e administrativas	(53.093)	(41.435)	(57.985)	(46.343)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(51.090)	4.667	(52.043)	3.963
Total	(2.830.464)	(2.203.511)	(3.142.168)	(2.304.436)

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras:				
Partes relacionadas	(71.310)	(66.865)	(68.770)	(59.561)
Outras despesas financeiras	(3.862)	(3.988)	(3.593)	(4.041)
	(75.172)	(70.853)	(72.363)	(63.602)
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas	994.978	964.056	998.606	967.243
Dividendos	24.239	23.950	24.239	23.950
Outras receitas financeiras	58.056	127.708	83.819	152.593
Resultado financeiro, líquido	1.077.273	1.115.714	1.106.664	1.143.786
Variações cambiais:	1.002.101	1.044.861	1.034.301	1.080.184
Ativas:				
Partes relacionadas	43.268	8.953	43.268	8.953
Terceiros	82	(11)	282.094	26
Passivas:				
Partes relacionadas	(28.996)	(47.479)	(29.002)	(47.479)
Terceiros	(125)	102	(208)	56
Variações cambiais líquidas	14.229	(38.435)	296.152	(38.444)
Variações monetárias líquidas	(745)	(1.047)	(745)	(1.047)
Variações cambiais e monetárias	13.484	(39.482)	295.407	(39.491)

21 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO - PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é patrocinadora de plano de pensão, instituído em 2012, administrado por entidade fechada de previdência privada (CBSPREV Namisa), que prevê aos empregados benefícios de aposentadoria na modalidade de contribuição definida e benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte) na modalidade de benefício definido, coberto por uma apólice de seguro com custeio integral por parte dos empregados.

A obrigação da Companhia limita-se à contribuição mensal até o período em que o empregado esteja ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$ 1.667. Em relação aos benefícios de risco, que são integralmente custeados pelos empregados, a Companhia realizou a avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2012 e concluiu não haver risco residual significativo a ser provisionado.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão relacionados a aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, tais como operações de "swap" cambial e "swap" de juros, entre outros.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo custo amortizado e são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

(b) Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)

Ativo	2012			2011		
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado	Total
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa	4.081.425	-	4.081.425	3.059.805	-	3.059.805
Contas a receber de clientes	498.578	-	498.578	266.838	-	266.838
Adiantamentos a fornecedores	694.029	-	694.029	449.702	-	449.702
Empréstimos e recebíveis	26.375	-	26.375	18.645	-	18.645
Não circulante:						
Adiantamentos a fornecedores	7.757.475	-	7.757.475	7.736.132	-	7.736.132
Empréstimos e recebíveis	69.479	-	69.479	63.777	-	63.777

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADORES	
Benjamin Steinbruch Presidente		Daniel dos Santos Júnior Diretor Presidente	Geraldo Medeiros de Moraes Diretor Comercial	Caio Márcio Martins de Araújo Gerente Geral de Controladoria	
Daniel dos Santos Júnior Masayuki Yamamoto Yutaka Washizu Kyung Sik Ha	José Taragano Enéas Garcia Diniz Takashi Maeno Rosana Passos de Pádua	Hironori Makaanae Diretor Vice Presidente	Evilmar José da Fonseca Diretor Operacional	Hugomar Spelta Martins Gerente de Contabilidade	
		Paulo Roberto Gozzi Diretor Jurídico, Administrativo e Financeiro		Contador CRC ES-008017/O-S-MG	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e aos Acionistas da Nacional Minérios S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nacional Minérios S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Passivo	2012			2011		
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos - método do custo amortizado	Total
Circulante:						
Empréstimos e financiamentos	-	1.588	1.588	-	4.598	4.598
Fornecedores	-	208.658	208.658	-	152.431	152.431
Não circulante:						
Empréstimos e financiamentos	-	335.806	335.806	-	298.274	298.274

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos por ela. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moedas nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A seguir estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros (consolidado), incluindo estimativa de pagamento:

	2012		2011	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos	1.588	317.374	6.687	11.745
Fornecedores	208.658	-	-	-
	1.588	317.374	6.687	11.745
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	4.598	2.620	292.886	2.768
Fornecedores	152.431	-	-	-
	157.031	2.620	292.886	2.768

(e) Risco de taxa de câmbio

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar norte-americano, ficando, assim, com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira, além de considerar o vencimento dos respectivos ativos e passivos sujeitos à oscilação cambial. Basicamente, os instrumentos financeiros da Companhia com risco cambial são as contas a receber originadas de exportações e os investimentos no exterior.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	Consolidado 2012 (US\$ mil)	
Caixa e equivalentes no exterior	1.785.280	
Contas a receber de clientes	243.933	
Contas a receber de partes relacionadas	35.009	
Total do ativo	2.064.222	
Empréstimos e financiamentos	154.071	
Fornecedores	3.366	
Outros passivos	20	
Total do passivo	157.457	
Exposição cambial contábil líquida	1.906.765	

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do dólar norte-americano, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2012, de R\$ 2,0435 por US\$ 1,00, foram estimados ajustes para quatro cenários, sendo:

- Cenário 1: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,0218.
- Cenário 2: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,5326.
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,5544.
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade de R\$/US\$ de 3,0653.

	Risco	2012				
		Valor de referência US\$ 2,0435	Cenário 1 1,0218	Cenário 2 1,53263	Cenário 3 2,5544	Cenário 4 3,06525
Taxa de câmbio						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do dólar norte-americano	1.785.280	(1.824.110)	(912.055)	912.055	1.824.110
Contas a receber de clientes	Flutuação do dólar norte-americano	243.933	(249.239)	(124.619)	124.619	249.239
Contas a receber - partes relacionadas	Flutuação do dólar norte-americano	35.009	(35.770)	(17.885)	17.885	35.770
		2.064.222	(2.109.119)	(1.054.559)	1.054.559	2.109.119
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do dólar norte-americano	154.071	(157.422)	(78.711)	78.711	